



Evento: XXXIV Seminário de Iniciação Científica

A VULNERABILIDADE DAS MULHERES NO ESPAÇO URBANO: UMA ANÁLISE DOS DESAFIOS DAS CIDADES CONTEMPORÂNEAS¹

Maria Carolina Dalberto da Silva², Daniel Claudy Da Silveira

¹ Projeto de pesquisa desenvolvido na Unijui; com financiamento da agência CNPq.

² Estudante do curso Arquitetura e Urbanismo, bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - PIBIC/CNPq.

³ Professor orientador do projeto Leitura, planejamento e gestão urbana: inter-relações entre a qualidade de vida das pessoas e as cidades do futuro, Doutor em Desenvolvimento Regional pela UNISC; Professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Unijui

INTRODUÇÃO

O processo de urbanização contemporâneo tem evidenciado que as cidades não são espaços neutros do ponto de vista de gênero. Nesse sentido, Rodriguez e Martinez (2024) apontam que o planejamento urbano, quando orientado por uma perspectiva predominantemente masculina, produz espaços e serviços que não correspondem às necessidades das mulheres, restringindo sua mobilidade, seu acesso a equipamentos públicos e sua segurança nos deslocamentos cotidianos. Essa realidade se torna ainda mais evidente na pesquisa realizada pela *Red Mujer y Hábitat de América Latina* constatou que, a percepção do medo da violência é significativamente maior entre as mulheres, o que limita sua apropriação dos espaços públicos (FALÚ, 2009 *apud* RODRIGUEZ; MARTINEZ, 2024). Diante disso, torna-se fundamental que o campo do planejamento urbano incorpore a perspectiva de gênero como categoria analítica e prática.

Nesse contexto, a Organização das Nações Unidas (ONU), estabeleceu o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 11 (ODS 11), tornar as cidades e os assentamentos humanos mais inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis. Em sua meta 11.7, o documento determina que até 2030 seja proporcionado o acesso universal a espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis e verdes, com atenção particular às mulheres, crianças, pessoas idosas e pessoas com deficiência (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2015). Tal compromisso internacional reforça a segurança e a inclusão no espaço urbano. Diante desse contexto, o presente estudo, analisa como as falhas no planejamento urbano contribuem para



a vulnerabilidade das mulheres nos espaços públicos, buscando como decisões influenciam sua segurança e permanência nas cidades.

METODOLOGIA

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa de caráter exploratório, desenvolvida por meio de revisão bibliográfica. Essa abordagem consiste na identificação, seleção e análise de produções científicas existentes sobre a temática investigada, permitindo sistematizar o conhecimento acumulado na área e fundamentar a discussão proposta (GIL, 2002). O levantamento bibliográfico foi realizado predominantemente por meio do Google Acadêmico, acesso a publicações científicas de diversas áreas do conhecimento. Adotou-se também como critério de seleção a atualidade das publicações.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em relação ao desenho urbano propriamente dito, os "pontos cegos" e a ausência de visibilidade identificados neste estudo dialogam diretamente com o conceito de "olhos da rua", formulado por Jacobs (2000) ainda na década de 1960. Para a autora, a segurança das calçadas não decorre primordialmente do policiamento, mas da presença espontânea de pessoas no espaço público e da relação visual entre edificações e rua, de modo que o atributo central de um bairro urbano próspero está em que "as pessoas se sintam seguras e protegidas na rua em meio a tantos desconhecidos" (JACOBS, 2000, p. 30). Quando os edifícios voltam as costas para a via, os muros se elevam tendo apenas uma função, esse mecanismo de vigilância informal deixa de operar, produzindo exatamente os vazios que intimidam as mulheres. Tal constatação fundamentada em evidências pelo estudo de Sarmiento (2018) sobre Blumenau (SC), no qual moradoras de bairros periféricos apontaram, entre as principais demandas por segurança, a falta de banheiros públicos e bebedouros, a existência de terrenos baldios, a ausência de iluminação pública e a precariedade da arborização e da acessibilidade das calçadas carências que, somadas à limitada oferta de equipamentos urbanos em diferentes regiões da cidade, obrigam trajetos mais longos e desprotegidos. A vulnerabilidade feminina não é, portanto, uma condição abstrata, mas o efeito concreto de decisões de projeto e de



investimento público que historicamente não consideraram a rotina das mulheres como parâmetro de desenho.

Uma segunda falha de planejamento refere-se à mobilidade urbana, historicamente projetada a partir do padrão de deslocamento pendular masculino um único trajeto, de casa para o trabalho. Hannas, Moreira e Cruz (2024), em pesquisa sobre São Paulo baseada em modelos de regressão multinível, confirmam que há diferenças significativas entre homens e mulheres tanto na duração quanto na quantidade de viagens realizadas na cidade. Essa diferença decorre da divisão desigual do trabalho reprodutivo, por acumularem o cuidado com crianças, idosos e a casa, as mulheres realizam múltiplos destinos e paradas curtas, principalmente a pé ou por transporte público. Segundo reportagem do ArchDaily Brasil (2023) sobre estudo do Instituto de Políticas de Transporte e Desenvolvimento (ITDP Brasil) na Região Metropolitana do Recife, a ausência de indicadores sensíveis ao gênero nos planos de mobilidade aprofunda essa desigualdade, uma vez que rotas, horários e localização de paradas seguem sendo definidos sem considerar a rotina de cuidado que estrutura o deslocamento feminino. O sistema de transporte, ao ignorar esse padrão, reforça a permanência das mulheres em circuitos restritos, precisamente o "transporte inadequado às rotinas das mulheres" já apontado nas considerações deste estudo.

Uma terceira dimensão é de ordem processual, a exclusão histórica das mulheres das instâncias de decisão sobre o espaço que habitam. Montaner e Muxí (2021, p. 33 apud BARROS; SILVA, 2025) sustentam que "o espaço na política só tem sentido se estiver habitado", ou seja, que o planejamento perde legitimidade quando desconsidera a experiência de quem usa a cidade cotidianamente. Experiências concretas confirmam o potencial dessa inversão metodológica: no conjunto habitacional Frauen-Werk-Stadt I, em Viena projetado por uma equipe de arquitetas a partir da consulta direta às futuras moradoras, a incorporação da vigilância natural de Jacobs resultou em maior sensação de segurança relatada pelas próprias residentes (BARROS; SILVA, 2025). Evidenciando que o planejamento urbano orientado pelas necessidades das mulheres pode promover espaços mais seguros e inclusivos.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo analisou a vulnerabilidade das mulheres no espaço urbano a partir dos desafios que as cidades contemporâneas impõem à presença e à circulação feminina. Os resultados apontaram que elementos como a ausência de visibilidade nos espaços públicos, pontos cegos, transporte inadequado às rotinas das mulheres e a falta de equipamentos urbanos próximos à moradia são fatores que restringem concretamente a autonomia feminina levando as mulheres a construírem verdadeiros mapas mentais do medo para definir seus trajetos cotidianos. Esse quadro se aprofunda quando atravessado por desigualdades de raça e classe, afetando de forma mais intensa as mulheres negras e periféricas.

Conclui-se que a vulnerabilidade feminina no espaço urbano é produzida por escolhas de planejamento, e que superá-la exige intervenções físicas concretas aliadas à participação das mulheres nas decisões sobre a cidade. Abre-se, assim, espaço para pesquisas futuras que avancem no diagnóstico para propostas aplicadas no território.

Palavras-chave: Planejamento urbano; Segurança pública; Mobilidade urbana; Perspectiva de gênero; Espaços públicos.

AGRADECIMENTOS

A Iniciação Científica do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - PIBIC/CNPq.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARCHDAILY BRASIL. **Mulheres e mobilidade urbana: indicadores para a formulação de políticas urbanas sensíveis ao gênero.** 2023. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/888740/mulheres-e-mobilidade-urbana-indicadores-para-a-formulacao-de-politicas-urbanas-sensiveis-ao-genero>. Acesso em: 13 jul. 2026.

BARROS, Alice de Almeida; SILVA, Thatyane Pereira Melo da. Se essa rua fosse nossa: urbanismo e gênero em rua da cidade de Arapiraca-Alagoas. **Revista Aracê**, São José dos Pinhais, v. 7, n. 5, p. 25821-25834, 2025.



GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HANNAS, A. S. C. D.; MOREIRA, G. C.; CRUZ, A. C. de. Mobilidade urbana e desigualdades de gênero na cidade de São Paulo. **urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana**, v. 16, e20230141, 2024.

JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**. Tradução de Carlos S. Mendes Rosa. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

MONTANER, Josep Maria; MUXÍ, Zaida. **Política e arquitetura**: por um urbanismo do comum e ecofeminista. São Paulo: Editora Olhares, 2021.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. Nova York: ONU, 2015. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/11>. Acesso em: 03 jul. 2026.

RODRIGUEZ, G. C.; MARTINEZ, C. A. F. Mulheres e Mobilidade Urbana: uma revisão da literatura sobre o tema. **Revista Geografia em Atos**, Presidente Prudente, v. 08, n. 01, e024013, 2024. DOI: <https://doi.org/10.35416/2024.10334>.

SARMENTO, Daniela Pareja Garcia. A participação da mulher na construção da cidade contemporânea: contribuições para um novo modelo de planejamento urbano em Blumenau, Santa Catarina. **Dearq**, n. 23, p. 64-71, 2018.